



Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 107.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Paulo Camargo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 113/79

Curitiba, 19 de setembro de 1979

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a extinção das Delegações de Controle existentes junto às Autarquias Estaduais.

A proposta que ora submeto a exame dessa augusta Casa de Leis é necessária e oportuna, em razão de disposições legais posteriores que instituíram novo e mais eficaz mecanismo controlador das atividades das autarquias o que veio implicar na completa e total desativação das chamadas "Delegações de Controle". Os novos dispositivos legais a que me refiro são os seguintes:

A Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, que institui órgãos colegiados e direção superior, controle econômico e financeiro e de orientação técnica junto às entidades da Administração Indireta, conforme os artigos 94 e seguintes da referida lei. Com as atribuições conferidas a tais colegiados, as Delegações de Controle perdem sua finalidade como órgãos controlador interno; e

A Lei n.º 7.077, de 03 de janeiro de 1979, que cria, no Tribunal de Contas do Estado, Inspetorias de Controle Externo, para o exercício de auditoria e fiscalização orçamen-

tária e financeira dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, fato que, também, de forma inequívoca, supera inteiramente a finalidade das Delegações de Controle.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam extintas as Delegações de Controle existentes junto as autarquias estaduais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 114/79

Curitiba, 19 de setembro de 1979.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que introduz alterações na legislação estadual vigente, relativa ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), para execução do referido plano no período de 1.980 a 1.985.

Como é do conhecimento dessa augusta Assembléia, o PLANHAP, instituído pelo Governo Federal, visa os seguintes objetivos:

1 - redução gradual, até sua eliminação, do "déficit" habitacional para famílias de baixa renda - no máximo cinco (5) salários mínimos mensais;

2 - atendimento à demanda adicional de habitações que venha a ocorrer;

3 - acesso aos serviços públicos essenciais, e assistência para promoção social e integração comunitária, às famílias beneficiárias dos financiamentos habitacionais;

4 - estabelecimento de condições para melhoria e ampliação das habitações já existentes.

Além desses, no âmbito estadual e vigentes para o próximo período, terá o PLANHAP o objetivo de atender especialmente famílias com renda inferior a 3 (três) salários mínimos, faixa em que se situa setenta por cento da demanda habitacional.

De forma concreta, no período 1.980/1.985, deverão ser alcançadas as seguintes metas:

Construção de Casas em Conjuntos Habitacionais	160.000
Comercialização de Lotes Urbanizados	20.000
Ampliação e/ou reformas de Unidades Habitacionais	20.000
Construção de Centros Comerciais, Culturais e Sociais	80

Na medida do possível, e de forma a não encarecer as unidades habitacionais, os conjuntos serão dotados de toda infraestrutura urbana.

Por outro lado, Senhor Presidente, é oportuno que o Estado do Paraná aderiu ao PLANHAP através dos seguintes atos:

1. Assinatura de protocolo de Intenção com o Banco Nacional de Habitação em 13 de fevereiro de 1974;

2. Aprovação, pela Assembléia Legislativa, da Lei n.º 6.568, de 24 de junho de 1974, que autorizou o Poder Executivo a adotar todas as providências necessárias para a participação do Estado no PLANHAP;

3. Assinatura, em 23 de maio de 1.975, da "Ata de Porto Alegre", que aprovou medidas efetivas para implantação do PLANHAP na Região Sul do Brasil;

4. Assinatura de convênio com o BNH, para adesão formal do Estado ao PLANHAP;

5. Aprovação, pela Assembléia Legislativa, da Lei nº 6.888, de 06 de julho de 1.977, que objetivou principalmente a prorrogação do prazo de autorização ao Poder Executivo para garantir e contrair empréstimos do BNH, destinados à execução do PLANHAP, no período 1.976/1.979.

Além desses atos, foram adotadas medidas específicas a fim de tornar mais efetiva a ação do PLANHAP no Estado.

Desta forma, o plano de lei que ora submeto à apreciação dessa augusta Assembléia, tem o objetivo de possibilitar ao Poder Executivo o prosseguimento na execução do PLANHAP, para atendimento às necessidades habitacionais de nossa população mais carente.

Face ao exposto, e confiante de que a presente proposição merecerá dessa Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Os parágrafos 1.º e 2.º, do Art. 5.º, da Lei nº 6.568, de 24 de junho de 1.974, alterados pela Lei nº 6.888, de 06 de julho de 1.977, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1.º — Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNN, empréstimos até o valor de 7.279.000 UPC (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender as responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no período 1980/1985.

§ 2.º — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH, a entidades da Administração Indireta do Estado, às COHABs e Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no período referido no parágrafo anterior".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1.980, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. WALDEMAR BIACA, ocorrido na cidade de Xambrê, onde desempenhava as funções de Assessor para o setor de Educação da Prefeitura daquele município.

Tal passamento vem de consternar não só a comunidade de Xambrê, como também a do Município de Pérola, onde o extinto exerceu as funções de Vice-Prefeito e foi Vereador.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. AMÉRICO FILBER, ocor-

rindo no dia 22 próximo passado, na cidade de Capanema.

O extinto era de tradicional família que muito vem dando em favor do desenvolvimento de Capanema, e seu passamento foi pranteado por toda a comunidade capanemense.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê conhecimento à família enlutada, bem como ao Diretório Municipal da ARENA de Capanema, e à egrégia Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. WALDEMAR BIACA, ocorrido dia 23 do corrente mês, na cidade de Xambrê, onde residia, exercendo, além do magistério, o cargo de Secretário Geral da Prefeitura Municipal, atendendo com solicitude os interesses dos munícipes que, diariamente, o procuravam.

Requer ainda, seja dado conhecimento do presente à família enlutada, na pessoa da esposa, Dona Luzevina Eloy Biaca, e também ao Prefeito Municipal de Xambrê, Sr. José Gosalan.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Prof. Waldemar Biaca, falecido no dia 23 do corrente, mês de setembro, com a idade de 44 anos, era formado em Estudos Sociais em Pedagogia. Há longos anos vinha exercendo o magistério, dedicando-se ao ensino e à educação da juventude, como verdadeiro sacerdote. Foi ainda Inspetor Estadual de Ensino no Município de Xambrê e no Município de Pérola, alargando desta forma o campo de sua ação na difícil profissão de ensinar, orientar, educar as novas gerações, para o trabalho e para a vida.

Paralelamente às suas funções no magistério público estadual, o Prof. Waldemar Biaca desempenhou uma atividade política de grande relevo. Foi Vice-Prefeito do Município de Pérola entre 1.968 e 1.973, e, finalmente, onde exercia o cargo de Secretário Geral da Prefeitura do Município de Xambrê, atuando como um verdadeiro baluarte na defesa dos interesses do povo daquela região paranaense. Era um homem bom, dedicado; um conselheiro para quantos o procuravam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de um voto de pesar à família do Sr. OSVALDO ARNHOLD, falecido no dia 23 de setembro de 1.979, na cidade de Pérola D'Oeste.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Osvaldo Arnhold, falecido aos 71 anos de idade, deixa viúva a Senhora Vanda Arnhold, mais os filhos, Marlise, casada com Dr. Eduino Strada; Marlene, casada com Rogério Oltramari, e o Engenheiro Agrônomo Dr. Armando Arnhold, casado com Dona Marineusa, todos residentes em Pérola D'Oeste.

Foi pioneiro da região Sudoeste, tendo residido em Pérola D'Oeste desde 1.954, enfrentando sempre as atividades típicas pioneiras, o que o situa hoje, entre as pessoas mais distintas daquele município e região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora DIRCE GARCIA DE SOUZA, ocorrido na data de 24/09/79, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da aprovação deste, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER dispensa de publicação de redação final dos Projetos de Resolução nºs 83 - 84 - 85 - 86 - 87/79, que autoriza a realização de plebiscito nas áreas dos Municípios de Céu Azul, Assis Chateaubriand, São João do Ivaí, Salto do Lontra e Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, votos de aplausos aos Srs. Desembargadores que votaram pela rejeição da criação do Tribunal Militar no Paraná, na sessão do Tribunal Pleno de sexta-feira última.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência aos Excelentíssimos Srs. Desembargadores que compõem a mais alta Corte de Justiça do Estado, bem como ao Excelentíssimo Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça e ao Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER um voto de congratulações à Rádio Guaçu de Toledo Limitada, emissora pioneira no Oeste paranaense, e que no último dia 21, completou seu 24.º aniversário.

Os serviços prestados pela Rádio Guaçu de Toledo Ltda., à Região Oeste do Estado são da mais alta significância, pois cumpre com seu dever de informar à população, com absoluta imparcialidade e independência.

Homenagear o corpo diretivo e os funcionários da Rádio Guaçu, é também homenagear todas as emissoras que cumprem com sua responsabilidade social como órgão de imprensa livre e democrática, voltada para os mais altos interesses da população.

Requer, também, o envio de correspondência, comunicando o teor do presente, à Rádio Guaçu de Toledo Ltda.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de regozijo pela comemoração das Bodas de Ouro do casal RACHEL COSTA e JOÃO ALVES DA ROCHA LOURES.

Requer, outrossim, se dê conhecimento do inteiro teor deste, ao casal João Alves da Rocha Loures, Dr. Rui Alves da

Rocha Loures, Dídio Rocha Loures, Rodrigo Rocha Loures, Deputado Renato Bueno, Dr. Cláudio Brehner, Dr. Reinaldo Rocha Loures, Dr. João Alves da Rocha Loures Filho, filhos do casal.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros amigos e parentes comemoraram no sábado próximo passado, a passagem dos 50 anos de casamento de um dos mais queridos e exemplares casais deste Estado: o casal Rachel Costa e João Alves da Rocha Loures.

Na Catedral Metropolitana, centenas de amigos do casal e de seus filhos, assistiram uma comovente solenidade religiosa, para logo após, confraternizarem-se numa bonita recepção nos salões da Sociedade Concorórdia.

Justo era o júbilo dos parentes, filhos e amigos do casal, pois, o Professor e Desembargador João Alves da Rocha Loures e sua digníssima esposa souberam, ao longo de cinquenta anos de matrimônio, constituir uma família digna e feliz, que honra a sociedade paranaense e dá nos dias conturbados de hoje, um significativo exemplo do que um casal feliz pode representar para os seus filhos, que, ao lado dos netos, hoje nos mais variados ramos da atividade humana, engrandecem o Paraná e ajudam o desenvolvimento cultural, social e econômico do País.

O Desembargador João Alves da Rocha Loures é um daqueles cidadãos prestantes sobre os quais se tornam dispensáveis quaisquer referências. Sua vida longa de atividades brilhantes como bacharel, político, representante do Paraná no Congresso Nacional como Deputado Federal, Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, Educador de muitas gerações como Professor de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná é de todos conhecida e dispensa qualquer elogio que sempre seria pequeno comparado à magnitude de suas atividades ao longo de sua profícua vida.

Sua esposa, Dona Rachel, é sua grande companheira e mãe extremosa; com seu carinho e sua dedicação, criou o clima de felicidade do lar do casal que propiciou uma excelente educação aos seus filhos, transmitindo-lhes com seu exemplo, os melhores e maiores valores morais e culturais.

Creio, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta Casa pode e deve se unir ao sentimento de alegria da sociedade do Paraná, e registrar nos seus Anais, um voto de regozijo pela passagem de significativo evento que não é só da família Rocha Loures, mas também do Paraná.

Do Paraná, sim, pois ao homenagearmos o Desembargador João Alves da Rocha Loures e sua distinta esposa, estamos reconhecendo o seu valor e sua importância no contexto da história paranaense, em cujos mais importantes episódios, o Desembargador João Alves da Rocha Loures sempre esteve presente, quer nas lides acadêmicas, jurídicas ou políticas, com descortínio e voltado para os mais altos interesses das Terras dos Pinheirais e sua gente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de louvor, pela realização da Campanha "POR UMA CURITIBA MAIS HUMANA E MAIS VERDE", iniciativa das mais meritórias do jornalista Dino Almeida e do Jornal "Gazeta do Povo", e que hoje atingiu seu ponto mais alto com a distribuição gratuita de mudas à população do Jardim Social e o plantio de árvores por altas autoridades estaduais e municipais, tais como o eminente Presidente deste Poder, Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luiz Gil Leão, Deputado Ayrton Cordeiro e representante do Sr. Prefeito Municipal, além do Presidente da BANESTADO Reflorestadora.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Na data de hoje, com a coordenação e entusiasmo do jornalista Dino Almeida, realizou-se, na praça principal do Jardim Social, uma simples, e ao mesmo tempo, importante solenidade: o plantio, por altas autoridades estaduais, de mudas de árvores para incentivar o verde nas praças e logradouros públicos de Curitiba, bem como a distribuição de mudas cedidas pela BANESTADO Reflorestadora à população daquele aprazível bairro de nossa capital.

A importância da solenidade não se resume nem na presença e no exemplo das altas autoridades, mas sobretudo porque esta é uma campanha que já conquistou a adesão popular, com os moradores do Jardim Social demonstrando o alto espírito comunitário e interessados em solucionar, com o apoio das autoridades municipais, os problemas que afligem aquele tradicional bairro curitibano.

Neste sentido, a campanha desencadeada abordou um dos mais sérios problemas do Jardim Social: a falta de árvores e área verde do bairro. Outras questões que também interessam aos moradores do Jardim Social foram levantadas: a necessidade de melhorar as condições de segurança, a colocação de placas indicativas do nome das ruas, a colocação de brinquedos públicos na praça Villa-Lobos.

Creio firmemente, que a campanha alcançará pleno êxito, como também acredito que o Prefeito Jaime Lerner ouvirá outras sugestões e reivindicações apresentadas para tornar ainda melhor um dos bairros modelos de Curitiba.

Ratificando as solicitações dos moradores do Jardim Social, hoje pela manhã formuladas pelo jornalista Dino Almeida, solicito que esta Casa encaminhe cópia do inteiro teor deste ao Sr. Prefeito Municipal, Jaime Lerner, bem como seja comunicado o teor deste ao jornalista Dino Almeida e à direção do jornal "Gazeta do Povo".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação do Plenário para aprovar o envio de reivindicações ao DENTEL, nos seguintes termos:

1) Que as novas concessões para funcionamento de emissora de rádio, obedeçam a um criterioso exame das condições sócio-econômicas, além do parecer da Associação de Emissoras de Radiodifusão do Paraná;

2) fixação de uma tabela de preços mínimos para publicidades comerciais, bem como intensificação da fiscalização do cumprimento das exigências do artigo 67, do Decreto nº 52.795;

3) exigência de que as pesquisas divulgadas, notadamente as que procuram influenciar os consumidores, sejam remetidas ao DENTEL, para possível comprovação, em casos de fraudes e irregularidades denunciadas;

4) obrigatoriedade de incluir na programação radiofônica, temas específicos sobre História do Brasil, Economia Regional e Organização Social e Política Brasileira.

Que, da decisão, sejam enviadas comunicações aos seguintes órgãos:

- a) DENTEL do Paraná;
- b) Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná;
- c) Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão;
- d) Associação Brasileira de Imprensa; e,
- e) Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor General ADALBERTO MASSA, Delegado Regional do Trabalho, apelo no sentido de acolher a justa reivindicação do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café e Arrumadores de Arapongas, a fim de serem liberadas as parcelas do FGTS, depositado em nome dos respectivos associados, como medida que se impõe diante da situação de extrema dificuldade financeira que vive a categoria profissional.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de dar apoio à resolução do Encontro de Cafeicultores, realizado em Londrina, no dia 23 p. passado, sob o patrocínio da Sociedade Rural do Paraná, Associação Paranaense dos Cafeicultores, Sociedade Rural Brasileira e demais órgãos presentes no conclave, cujo teor se segue:

1. Eliminação gradual do confisco Cambial visando sua extinção simultaneamente com a elevação dos preços de sustenção;
2. antecipação dos preços de garantia de Cr\$.....
... 4.200,00 por saca, de 1.º de abril de 1.980 para 1.º de outubro de 1.979. (Preço líquido - Cr\$ 3.500,00);
3. prorrogação dos custeios de café a vencerem em 30 (trinta) de outubro de 1.979 para 15 (quinze) de janeiro de 1.980, sem prejuízo da concessão de novos financiamentos, evitando-se grande oferta de café no mercado em curto prazo;
4. Solicitar ao Banco Central que determine ao Banco do Brasil o cumprimento da Resolução n.º 340, que estabelece os juros incidentes sobre financiamentos de café cru, seja de 15% (quinze por cento) ao ano quando repassados às Cooperativas para os Produtores, tendo em vista que o Banco do Brasil vem cobrando indevidamente 22% (vinte e dois por cento) ao ano;
5. a Cafeicultura se propõe a vender café verde, visando diminuir o preço ao consumidor nacional.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

VALDUGA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga, Digníssimo Governador do Estado e Reinhold Stephanes, Digníssimo Secretário da Agricultura, solicitando a instalação de um Pólo Regional do Instituto Agrônomo do Paraná, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A região de Cascavel possui micro-clima diferente do Norte do Estado, e não é assistida diretamente pelo IAPAR.

Atualmente, temos notícia de que existe em funcionamento, apenas uma agência central do IAPAR, localizada em Londrina, para onde convergem os dados colhidos em 11 (onze) Centros de Produção e Experimentação (C.P.E.), situados em diversos municípios do Paraná.

Apesar do grande desenvolvimento agrícola da região

oeste, esta conta com apenas um CPE em Toledo.

Recentemente, foi criado mais um Polo Regional em Ponta Grossa, o qual atende, também, parte do Sudoeste de nosso Estado.

Todavia, os dados climáticos obtidos em outras regiões, principalmente no Norte, não podem ser considerados para a micro-região do Oeste.

Por outro lado, a descentralização que meritoriamente vem sendo implantada pelo AIPAR, faz com que o Município de Cascavel, conhecido como "Capital do Oeste", se habilite para que já seja instalado um novo Polo Regional.

Certos que essa justa reivindicação será acatada, dada a proximidade de Toledo e Cascavel, e dos benefícios que trará ao nosso Estado, em termos de produção agrícola, esperamos pela aprovação do requerimento.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 142/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA PAROQUIAL", com sede e foro na cidade de Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Beneficente Paroquial" de Tibagi, foi criada com a finalidade de proporcionar atividades beneficentes, através de fundos angariados por promoções e auxílios recebidos.

Criada em Assembléia, em março de 1.968, teve seus estatutos publicados no Diário Oficial nº 178, de 02 de outubro de 1.968.

Dentro de suas atividades, está a assistência social aos menos favorecidos do município, com fornecimento de vestuários, alimentos e remédios.

Mantém a entidade, um cadastro completo das famílias pobres do Município de Tibagi.

Proporciona aulas de higiene e saúde às famílias tibagianas, e principalmente aos jovens, orientando-os devidamente quanto aos problemas que podem afligir a juventude, preparando-os para a vida em comunidade.

Diante do exposto acima, temos a certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados desta Assembléia Legislativa, para a aprovação deste projeto de lei, em atitude compatível e digna de amparo a uma entidade que muito faz e realiza em prol da comunidade tibagiana.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quem se julga grande conhecedor dos problemas da nossa cafeicultura, pouco sabe, pouco conhece. Quem se julga razoável conhecedor, nada conhece. Confesso que me situo no segundo grupo. Os jornais diariamente estão estampando notícias a respeito do grande e principal entrave, na comercialização do café, que é o confisco cambial.

Ontem, o "Globo", dá uma página inteira sobre essa matéria de grande importância para a nossa cafeicultura. Hoje, o "Estado do Paraná", disserta sobre o que foi a reunião em Londrina, que congregou representantes do Paraná, São Paulo, Minas, Espírito Santo e dos principais Estados produtores de café em nosso País. Aliás, como vem fazendo, periodicamente.

Nossa Casa de Leis, creio ter sido a precursora do movimento que visa a extinção do confisco através do ilustre Depu-

tado da ARENA, Pinto Dias. Hoje, o movimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomou feições e características nacionais. Outros Estados, a exemplo de São Paulo, Minas, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, que são os principais produtores de café, somaram-se ao Paraná, formando um bloco poderoso que está com um esquema bem armado, tentando convencer o Sr. Presidente da República, que tem dado mostras de possuir muita sensibilidade, na solução de tantos assuntos de real importância e que, comparados com este, tornam-se até insignificantes.

Todos os Srs. Deputados têm conhecimento dos problemas que o confisco cambial tem gerado, permitindo que quadrilhas poderosíssimas se organizassem, com o único objetivo de contrabandear café para o Paraguai, que, em algumas ocasiões, passem, Srs. Deputados, chegou a exportar café em cifras maiores que o nosso País.

O Deputado Pinto Dias, que julgo conhecer a complexa política cafeeira, tem lutado com todo o entusiasmo para atender os legítimos reclamos dos homens que operam no comércio do café. Que pedem e exigem a extinção do confisco cambial, porque isto é questão de sua própria sobrevivência.

Ontem, nós sentimos que este movimento está grassando outros horizontes; está sensibilizando todas as áreas políticas e econômicas do nosso País. Hoje, a tendência desse movimento é engrossar, consubstanciar e aumentar. Isto porque, todos nós brasileiros, que em sã consciência entendemos ser o café a principal fonte de divisas do nosso País, por entendermos dessa forma, exigimos que soluções rápidas e imediatas sejam postas em prática. É necessário que esta Casa se conscientize, que os Srs. Deputados façam do Sr. Governador, que tem penetração em Brasília, que nós não possuímos, faça dele, o nosso porta-voz e o nosso defensor. Sob pena de vermos daqui dois anos, como disse Pinto Dias, a nossa cafeicultura dizimada, os nossos cafezais arrasados e destruídos, porque enquanto não houver um amparo das nossas autoridades ao cafeicultor, ele perderá o objetivo, perderá a noção, o dimensionamento, do que representa o café para o Brasil. E, perdendo este estímulo, perderá o Brasil, a sua principal fonte de divisas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento muito simples, propondo votos de aplauso a vários Desembargadores que compõem o egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado, que na sexta-feira última, em reunião no Tribunal Pleno, rejeitaram por maioria a criação do Tribunal Militar do Paraná.

Nós entendemos que devêssemos fazer o encaminhamento deste requerimento, aplaudindo esta posição adotada por vários e eminentes Desembargadores, de uma vez que no dia 13 de maio próximo passado, nós usando desta tribuna, denunciávamos e lamentamos profundamente a vigência, naquela data, da malsinada Lei Orgânica da Magistratura.

Como todos sabem, a Lei Orgânica da Magistratura é fruto do pacote de abril. E nós entendemos que tudo aquilo que é gerado em decorrência do pacote de abril, é uma coisa malsinada, é alguma coisa inaceitável, e portanto, inadmissível.

E, em decorrência da vigência do pacote de abril, entrou em vigor a Lei Orgânica da Magistratura, e que para nós, aqui do Paraná, ela trouxe uma particularidade mais ainda desastrosa, que foi como disse aquela época, a criação de um Tribunal Militar altamente ocioso e desnecessário, principalmente nesta época de abertura que nós estamos atravessando.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aplaudimos a posição, a alta posição adotada por estes eminentes Desembargadores do nosso egrégio Tribunal de Justiça do

Paraná. Como disse, em meu pronunciamento no dia 14 de maio próximo passado, para nós do Paraná, além dos reflexos negativos que a Lei Orgânica trouxe a todo o País, para nós, do Paraná, ela trouxe lamentavelmente a criação de um Tribunal Militar totalmente ocioso, desnecessário e altamente oneroso.

Há pouco os jornais do Paraná noticiaram uma entrevista do Sr. Governador Ney Braga, através da qual ele dizia que não poderia dar aumento, dar um abono aos servidores públicos do Estado, porque o Paraná não dispõe de condições financeiras para tanto.

Seria um contra-senso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, caso o Tribunal de Justiça do Paraná acolhesse a criação institucional preconizada na Lei Orgânica da Magistratura, que é a criação de um Tribunal Militar em nosso Estado.

Por conseguinte, entendemos que, por dever de consciência até, devêssemos ocupar a tribuna nesta tarde, para aplaudir esta posição de firmeza e de profundo respeito às coisas públicas de nosso Estado, através de homens, como esses Desembargadores, que tiveram a coragem e até o civismo de se portarem contrários à criação de um tribunal militar ocioso, desnecessário e altamente oneroso para o Paraná, numa época em que estamos atravessando uma crise econômico-financeira das mais difíceis e das mais dramáticas que o Paraná já conheceu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna tão somente para que fique registrado nos Anais da Casa, um artigo do jornal "Hoje", escrito pelo Dr. Osmar Lautenschleiger, vice-Presidente da Ordem dos Advogados, também Presidente do Diretório Municipal do MDB de Marechal Cândido Rondon:

"Concordata: uma nova indústria?

Que se calem os que reclamam indústrias para Rondon. Os sinais estão aí. Uma nova indústria pegou raízes, nesta terra que é fértil em que tudo dá.

Pois é. A indústria da concordata.

A receita é simples: monta-se a empresa, tendo na cabeça duas ou três cabeças que sabem o que querem. Se possível, usar na proa um inocente útil, com alguma grana. O resto vem na esteira, os trouxas de pequeno capital.

E a empresa vai funcionando, vai inchando, se auto-proclamando até garantir a confiança do povo.

E aí todo mundo ajuda, todo mundo corteja, todo mundo fornece, todo mundo empresta.

E então o bolo está pronto para ir ao forno.

Perdão. Ainda não. Antes, é preciso preparar uma multinacional, para que o tempero fique a gosto. Conseguida a poderosa, tudo está pronto para a operação. Mãos à obra.

O procedimento começa assim: depenar o cofre da futura candidata à concordata, de vários modos: retirada para os chefes, vales, vales e vales, gordos pró-labores. Até que o caixa atinja o perigoso nível do zero.

E agora, o desfecho longamente preparado. O frasco do remédio heróico pode ser usado, com o solene rótulo de "Lei de Falências e Concordatas". Mas, o trabalho é duro. E tudo deve ser feito na surdina, no mais absoluto sigilo, com participação de poucos iniciados, num trabalho febril e estafante, em horários noturnos, pilhas e pilhas de certidões negativas, avolumando-se.

Mas, valeu a pena. O trovão estoura em céu azul, CONCORDATA da prestigiosa empresa...

É uma loucura. Corre quem pode e quem tem pernas. Colonos vociferando, gerentes de bancos descabelam-se, é um inferno, os diretores das concordatárias quando não fogem, dão entrevistas tranqüilizadoras.

As emissoras comunicam ao povo: a empresa tal, continua funcionando normalmente. Não acreditam? Sim, Senhor. ela continuará. Mas têm os maldosos que falam em falências, os mais antigos preferem dizer quebra ou bancarrota...

Mas aí é que todos se enganam. Falência, coisa nenhuma. E os gringos e suas multinacionais, para que é que existem? Então, cabeça do diretor só serve para conferir vales e assinar cheques? Agora se vê o valor de uma longa conversa anterior, havida muito antes de planejar a tal concordata, com aquele simpático "big shot" de pavoroso sotaque.

Outra bomba. O poderoso grupo internacional "RAPID TRANSIT COMPANY", entabula negociações com a concordatária para adquirir seu ativo e passivo. (Principalmente o ativo). Estouram as manchetes nos jornais, e o povo fica baqueado.

A multinacional não fala logo em compra. Primeiramente, um contrato de arrendamento. A compra, só depois de dois anos. Afinal, porque não aproveitar a sopa da concordata, com seu delicioso tempero de pagar em dois anos sem juros.

Que se lasquem os credores hipotecários, quirografários e, sobretudo, tão resignadamente otários.

E viva esta terra rica de Marechal, que é tão fértil, e onde dá de tudo, inclusive as concordatas".

Encerro assim este artigo, que não faz nada mais do que retratar uma situação que realmente vivem os municípios, principalmente do Oeste e Sudoeste, carentes de indústrias, sendo transformados e obrigados a serem fornecedores apenas da matéria-prima, a exemplo da exploração imperialista que se faz com os países sub-desenvolvidos.

Oeste e Sudoeste tanto têm reclamado por empresas, por indústrias, no entanto, o único que nós conseguimos é realmente esta indústria aqui descrita por este artigo: a "indústria das concordatas".

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"Vive a cafeicultura do nosso Estado, um momento extremamente difícil. Atualmente o café recebe uma carga de enorme injustiça, onde não se pode pensar de forma alguma em acelerar uma atuação que signifique estímulos reais para os produtores e mesmo para o nosso Estado.

O Instituto Brasileiro do Café é um órgão amorfo, que vem sendo esmagado nas suas prerrogativas maiores, que é traçar a base fundamental da política cafeeira nacional. O Brasil é um País que, em 1970, tinha uma faixa de consumo da ordem de oito milhões de sacas e atualmente, nove anos depois, vê essa cifra reduzida para seis milhões. Ressalte-se que a população brasileira em 1970, era de noventa milhões e atualmente é de cento e dezoito milhões. E o preço a nível de consumidor? É de todo impossível. Hoje, um quilo de café está custando seis por cento do valor do salário mínimo regional. E isso está afastando o povo assalariado do direito de beber o habitual cafezinho. Mas isso não ocorre apenas a nível interno. Atualmente, mesmo a nível internacional, a redução é gradativa. Nos Estados Unidos, nos últimos dez anos, houve uma redução de dez por cento na faixa de consumo do café. Os preços estão afastando a plano interno e externo, o café da mesa dos assalariados de menor poder aquisitivo.

Enquanto os preços disparam dentro de uma espiral incontrolável, como estariam os produtores recebendo essas parcelas de aumento? Como as regiões produtoras estão acumulando esse diferencial de preços? A resposta é simples: os produtores e as regiões produtoras estão sendo marginalizadas por inteiro. Mas o Governo, não. Senão, vejamos: o confisco cambial atualmente incide em US\$ 143 por saca de café. Em termos de

cruzeiros, equivale a Cr\$ 4.200,00.

Já a saca do produto tem um preço variável entre Cr\$. . . 2.900,00 ao máximo de Cr\$ 3.100,00. Seria melhor que o governo ficasse com a saca do café e distribuisse com os produtores o valor do confisco. Uma vez que ele é extorquidor, é injusto, é cruel e penalizador ao produtor e as regiões produtoras, inclusive o nosso Estado.

É fundamental que se desenvolva, a partir de agora, uma ação comum de apoio aos produtores, no sentido de se estabelecer a partir desta Assembléia Legislativa, uma ação comum integrada pelas duas bancadas, no sentido de se partir, imediatamente, para a formação de uma frente em defesa do café, e logicamente em defesa da economia paranaense.

A cafeicultura está morrendo e o confisco cambial está operando e funcionando como o grande centro determinante desse empobrecimento gradativo que atinge as regiões produtoras e os próprios produtores.

O reflexo disso já pode ser notado com muita clareza. O contrabando de café que presentemente se avulta, tem como polo destacado e estimulador, o próprio confisco cambial, muito embora o Ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, tenha afirmado que o último reajuste no confisco não contribuirá para a expansão do contrabando.

O contrabando já gerou ao Paraguai, uma receita de US\$ 600.000 somente este ano. Sobre o assunto, o ex-Deputado Domingo Laino, em entrevista à imprensa aqui no Brasil, disse que o Paraguai oficializou o contrabando de café. Não há dúvida que a prisão de Domingo Laino, o maior líder das oposições paraguaias, deve-se a essa declaração e não à suposta afirmativa que o Presidente Figueiredo negara-se a um encontro com Stroessner.

Na verdade, o contrabando de café para o Paraguai, é hoje uma instituição quase oficializada, já que teria cobertura de pessoas ligadas à ditadura Stroessner. Quanto ao Brasil, acredita-se que gente influente estaria por trás disso tudo. O que motiva o contrabando, sem dúvida, é o próprio confisco cambial: vendas a US\$ 1,85 a libra-peso, aproximadamente, podem resultar bastante lucrativas para os especuladores se realizadas através do Paraguai, em vista do nível do confisco cambial.

Há quem afirme que o problema é simplesmente "caso de polícia", porém, a responsabilidade total é da política cafeeira, que precisa ser revista e corrigida.

De janeiro a setembro deste ano, o confisco cambial do café subiu onze vezes: de US\$ 50 a saca em 1.º de janeiro para US\$ 143 em 11 de agosto. No mesmo período, a saca de café no mercado interno sofreu aumento de Cr\$ 1.950,00 para Cr\$ 3.000,00.

Dirigentes rurais do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, reunidos em Londrina, aprovaram o envio de um memorial ao Presidente da República, reivindicando a eliminação gradual do confisco cambial, ao mesmo tempo em que solicitam elevação do preço de garantia.

O Presidente da Cooperativa Agrícola Centro Norte do Paraná, considera o confisco cambial fixado em US\$ 143 por saca, "pior do que qualquer geada catastrófica", além de ser um desestímulo ao produtor, fato que acelera a cada dia a erradicação de cafeeiros para dar lugar ao plantio de outras culturas.

Já Anibal Bianchini da Rocha, Presidente do Sindicato Rural de Maringá, acha que os atuais valores do confisco cambial se constituem numa "espoliação praticada sobre os cafeicultores".

Diante desse quadro, desgracadamente realista, é que esta Casa deve se posicionar, formando uma frente única em defesa dos mais altos e legítimos interesses da nossa cafeicultura".

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também enviamos à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento ao Sr. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura, exigindo medidas urgentes contra a erradicação de cafeeiros no Norte do Paraná, com cópia ao Ministro da Agricultura. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de ofício, em caráter de urgência, ao Exceletíssimo Sr. Reinhold Stephanes, Secretário de Estado da Agricultura, com cópia para o Sr. Ministro da Agricultura, para a adoção de medidas urgentes contra a erradicação de cafeeiros no Norte do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Segundo levantamento do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, em Londrina, a crescente erradicação de cafeeiros naquela região, está a merecer, por parte das autoridades, medidas drásticas e imediatas.

Em cálculos estimados na área de atuação do Núcleo, que abrange dezoito municípios, quase cinco por cento dos cafeeiros já foram erradicados, o que dá um total aproximado de seis milhões e meio de pés de café, ou o equivalente a sete mil hectares.

A previsão é sombria para os próximos vinte e quatro meses: prevê-se a erradicação de seiscentos milhões de pés. Essas áreas estão cedendo lugar para o soja e o algodão.

As autoridades devem saber que o café é ainda, a maior fonte de divisas do País.

Há alguns anos, a cafeicultura paranaense escreveu uma página negra na história econômica da Nação, quando o Governo incentivou e pagou a erradicação de milhões de pés de café, atendendo, quem sabe, ordens de empresas multinacionais. Agora, repete-se a história. Vemos aos poucos, a agricultura perder um dos seus maiores, senão o maior sustentáculo, gerador de riquezas e divisas, que é o café.

Espera-se medidas concretas e definitivas por parte das autoridades, para impedirem que tais previsões não se tornem realidade.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. — (Lê):

"A administração pública de Icaraima se transformou num enorme foco de corrupção, que participam o Prefeito José Vicente da Silva, alguns Vereadores, parentes, amigos e auxiliares.

Para confirmá-lo, dispomos de vários e edificantes documentos, através dos quais percebemos a ganância de lucros, a inescrupulosidade, o cinismo e a ligeireza de ação que presidem os membros desse mafioso grupo.

Vamos por partes:

O Vereador Itamar Francisoni da Silva é Presidente da Câmara Municipal de Icaraima. Tanto ele quanto o ex-Presidente, Milton Ferreira Dias, não fizeram e não fazem prestação de contas de suas gestões. Em compensação, dão ampla cobertura aos desmandos e aos atos de corrupção do Prefeito José Vicente da Silva.

Acontece que o Vereador Itamar Francisoni da Silva é irmão de Cláudio Francisoni da Silva, então assessor de João Cioni Neto, prefeito cassado de Umuarama, por desfalques e atos de corrupção.

Itamar Francisoni da Silva, havendo absorvido os processos, menos honestos do Prefeito José Vicente da Silva, aproveitou-se do ensejo do parentesco havido com o influente assessor de João Cioni Neto, para desembarcar um Umuarama, com o fim de realizar pôlpudo negócio com a Prefeitura.

Organizou a firma COMARPREL juntamente com o irmão, Ademir Francisconi da Silva, e como Procurador da firma junto à Prefeitura de Umuarama, funcionou o chefe de Gabinete do Prefeito Cioni Neto, o já mencionado Cláudio Francisconi da Silva.

Temos em mãos o relatório, com firmas reconhecidas, da Comissão Especial instalada na Câmara Municipal de Umuarama, que esclarece negociata grandemente lesiva aos interesses da comunidade daquele município, assim como temos em mãos os termos de declarações dos implicados, prestadas perante a Comissão Especial de Inquérito.

Em resumo, os fatos são os seguintes:

A Prefeitura de Umuarama expediu, a 13 de julho de 1978, o edital de licitação n.º 027/78, correspondente à tomada de preços n.º 022/78, em obras de reparos de calçamento e meio-fios danificados pela rede de esgotos sanitários, numa extensão aproximada de 30.000 metros lineares.

A Comissão de Licitação, reunida a 26 de junho no Gabinete do Prefeito para cobertura das duas únicas propostas, da COMARPREL e da CONSTRURAMA (Umuarama Construções Cíveis Ltda), quando o funcionário José Balan compareceu, portando o decreto n.º 145, da mesma data, que anulava a licitação no interesse da administração.

Comprovou-se posteriormente, que a anulação da licitação se deveu ao fato de haver comparecido outra concorrente, além da COMARPREL, com preços consideravelmente mais baixos.

O edital n.º 031/78, de 21 de agosto de 1.978, correspondente à tomada de preços n.º 025/78, foi remetido a diversas empresas, menos à CONSTRURAMA, e apresentou proposta, desta feita, somente à COMARPREL, pelo que prevaleceu a nova licitação.

A proposta da COMARPREL, no valor global de Cr\$. . . 1.950.000,00, foi vitoriosa, quando posteriormente, a CONSTRURAMA havia feito proposta para o mesmo serviço, no valor de Cr\$ 782.100,00.

A diferença de uma para outra proposta, foi, como se vê de Cr\$ 1.167.900,00, e essa diferença representou igual prejuízo para o erário municipal de Umuarama.

Daria para realizar mais do dobro das obras contratadas.

Curioso o fato de que, muito antes da abertura da proposta, a empresa COMARPREL já iniciara a execução das obras previstas na licitação, embora a Comissão de Licitação se mais independente, pudesse rejeitar a proposta única.

Como a "panelinha" estava montada, o contrato de obras foi assinado entre a Prefeitura e a COMARPREL, a 11 de setembro, mas já a 13 de setembro, a empresa dava entrada na Prefeitura, de fatura correspondente à execução de 2.348 metros lineares, no valor de Cr\$ 152.620,00.

O contrato previa o pagamento das faturas, trinta dias após sua apresentação, mas, dentro do mês de setembro, a COMARPREL recebeu pagamentos correspondentes a obras, totalizando 20.078 metros lineares.

Esses pagamentos foram ilícitos e ilegítimos, uma vez que a Comissão Especial da Câmara Municipal veio a apurar, posteriormente, que na verdade, dos 20.078 metros supostamente reparados, a COMARPREL havia realizado obras em apenas 12.992,54 metros. A diferença a menor foi de 7.085,46 metros lineares.

Além do preço exorbitante cobrado, houve roubo, pela cobrança a mais de 7.085,46 metros lineares não reparados, o que, por si só, à luz do Código de Contabilidade Pública, bastaria para declarar a COMARPREL empresa inidônea, interdita na participação de quaisquer atividades junto às repartições públicas federais, estaduais e municipais, e junto às sociedades de economia mista, além da ação competente, pelo Município de Umuarama, para ressarcimento de danos.

Está provado que a Prefeitura não fez as medições neces-

sárias, para comprovação do alegado pela COMARPREL nas faturas, e pagou-lhes por isso o não devido.

A negligência implica na suspeita de sócios ocultos no negócio. Quem teriam sido eles? Salta à vista que o Prefeito Cioni Neto, cassado por corrupção, estava a par de tudo, e com tudo concordava, pois interveio para o pronto pagamento das faturas, assim como consentiu que funcionários municipais, ganhando pelos cofres públicos, trabalhassem para a COMARPREL, e que esta empresa utilizasse materiais da Prefeitura na execução das obras contratadas.

Os termos de declarações perante a Comissão Especial, de Itamar Francisconi da Silva, Cláudio Francisconi da Silva, Ademir Francisconi da Silva, Eduardo Grego e Joaquim Machado de Campos, tudo confirmaram, tendo ficado ainda esclarecido que não se justificava a contratação de obras a particulares, por ter estado a Prefeitura devidamente aparelhada para a sua execução por conta própria.

Houve crime de peculato no caso COMARPREL, em Umuarama, e um dos seus maiores implicados é o Vereador Itamar Francisconi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Icaraima.

Uma Prefeitura com a força econômico-financeira da de Icaraima, deve zelar pelo seu bom nome, e nunca arriscar-se a passar como estelionatária, ao menos em respeito aos municípios honrados e trabalhadores.

O Prefeito José Vicente da Silva, despreza a opinião pública local, e se coloca acima dos conceitos do bem e do mal.

Assim sendo, não hesitou, contra a agência local do BRADESCO, o cheque n.º 928.396 K-496, no valor de Cr\$. . . 3.200,88, datado de 20 de fevereiro de 1979, em favor de Geni Barbosa Barros. Esse cheque foi devolvido a 22 do mesmo mês, por falta de fundos, e ao ser reapresentado, teve nova devolução pelo mesmo motivo, conforme os carimbos da agência bancária.

O Prefeito José Vicente da Silva como se prova, cometeu crime de estelionato, por emitir cheque sem fundos, o que equivale, no Código Penal Brasileiro, ao crime de emissão de moeda falsa.

Estão em nosso poder provas documentais de outras maroteiras.

Ademar Lima Nogueira, cunhado do Prefeito José Vicente da Silva, possuía a fábrica de Tubos e Artefatos de Cimento Nogueira, inscrição estadual n.º 82.300.690-R, CGC n.º 77.352.847.0001.60.

Até aí, nada demais. Vejamos o que aconteceu depois.

O antecessor de José Vicente da Silva, o ex-Prefeito Natanael Tavares de Mattos, havia assinado convênio com o Estado para o combate à erosão. Teriam pois, de ser aplicados na obra, cerca de Cr\$ 31.500.000,00.

Como a principal parte do programa do combate à erosão consistia na colocação de tubulações, a fim de que houvesse escoamento das águas pluviais sem o transporte de grandes camadas de terras, o então Prefeito, Natanael Tavares de Mattos, instalou uma fábrica de tubos e de cimento, de propriedade do Município, com vistas à maior economia.

Quando José Vicente da Silva assumiu o cargo, entendeu-se com seu cunhado, Ademar Lima Nogueira. A razão social Fábrica de Tubos e Artefatos de Cimento Nogueira, passou a ser Indústria de Artefatos de Cimento Ltda. Nogueira continuou à frente da nova firma, e o Prefeito José Vicente da Silva, seu sócio fantasma.

A fábrica de tubos da Prefeitura foi desativada, alguns de seus operários, embora por ela pagos, passaram a trabalhar com Nogueira, e Nogueira passou a ser fornecedor exclusivo à Prefeitura, de todos os materiais de cimento necessários.

Ainda mais: caminhões e combustível, areia, pedra, cimento e pessoal da Prefeitura, foram desviados para a fábrica

Nogueira. Sabe-se que cinco mil metros de telas para tubos de cimento, pertencentes ao Município, também foram criminosamente desviados, em benefício da firma de Nogueira.

Esses fatos são públicos e notórios em Icaraima, de fácil comprovação, com provas materiais e com depoimentos de estemunhas e de implicados.

Entre outros documentos, acha-se em nosso poder a nota de pedido n.º 026, de 27 de julho de 1.977, referente à compra de lajotas pelo Sr. Onésimo Francisco de Assis, na Fábrica de Tubos e Artefatos de Cimento Nogueira, como provamos pertencer a Nogueira a Indústria de Artefatos de Cimento Ltda, através do cheque n.º 410.176 K-582, contra o BRADESCO, no valor de Cr\$ 1.229.00, datado de 22 de março de 1978, em favor de Manoel Borges Oliveira, e assinado por Ademar Lima Nogueira.

Causa espécie que o Prefeito José Vicente da Silva, eleito pelo povo no pleito de 1976, esteja a trair o eleitorado pelos atos de flagrante corrupção, e esteja a prejudicar, tão acintosamente, os interesses do município.

A cobiça se antepõe a qualquer escrúpulo. A honestidade é verbete definitivamente riscado do dicionário de uso do Prefeito José Vicente da Silva.

Vamos entrar em um caso bem mais cabeludo, no qual se configuram a corrupção ativa e a corrupção passiva.

Queremos aludir à instalação de luminárias em Icaraima, negócio que deveria ser claro como a luz do dia, e que se tornou escuro pelas torpezas implícitas no mesmo.

As avenidas Raul Barbosa Dias, Hermes Vissoto e Licério Soares dos Santos, deveriam receber luminárias. Mas, o anteprojeto de lei, a Mensagem do Prefeito, não teve a aprovação de dois terços na Câmara Municipal, como manda a lei.

Apesar disso, o Prefeito publicou os editais n.ºs 005/78 de 27 de julho de 1.978, e 006/78, de 28 de julho de 1.978, com base, respectivamente, nas tomadas de preços n.ºs 003/78 e 004/78.

Temos uma certidão da Câmara Municipal, datada de 23 de março de 1.979, e o requerimento do Sr. Altair Fernandes, Presidente do MDB local, em que se declara que "após verificação os Arquivos do Legislativo de Icaraima, não foi constatado em lavraturas de atas, qualquer aprovação ou autorização para que o Executivo Municipal firmasse compromisso com firmas de iluminação pública nas Avenidas Raul Barbosa Dias, Hermes Vissoto e Licério Soares dos Santos", tendo sido assinada a certidão por Itamar Francisconi da Silva, Presidente, e Milton Pereira Dias, Secretário da Câmara Municipal.

Continuemos.

O primeiro edital versou sobre a aquisição de dez super-postes de dezoito metros de altura, equipados com cinco pétalas a vapor de sódio, de 400 watts, montados e instalados para perfeito funcionamento.

O segundo edital previa a aquisição de nove super-postes nas mesmas características e condições já expostas.

Houve o fracionamento na aquisição dos dezenove super-postes, a fim de que fosse iludida a lei federal a respeito de licitações.

Participou, curiosamente, como membro da Comissão de Licitação, o Vereador Horácio Pontes, e mais adiante, veremos porque. Os outros membros eram o Secretário, Levi Alves Fernandes, que o Prefeito está preparando para seu sucessor, com o gasto de Cr\$ 150.000,00 em fotografias dele, colocadas nas salas de aula do Município, e Sidney Ferreira, todos designados pelo Decreto n.º 359/78, de 25 de abril de 1.978.

A Comissão Julgadora aprovou, e o Prefeito José Vicente da Silva homologou as propostas da firma JANNANI - Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda., sediada à Rua Quintino Bocaiúva, 495/555, em Londrina.

As propostas, datadas ambas de 04 de agosto de 1978, estabeleciam, para o fornecimento de dez super-postes, e cinco

pétalas de vapor à sódio, o preço global de Cr\$ 2.850.000,00, e para o fornecimento de nove super-postes, o preço de Cr\$ 2.565.000,00, totalizando, pois, Cr\$ 5.415.000,00.

Tudo teria transcorrido, aparentemente, dentro da maior normalidade. No entanto, o negócio escuso se revelou quando, perante os Vereadores Vardolino Teixeira Bastos e Sebastião Inácio, os Srs. José e Faissal Jannani declararam, em seu escritório em Londrina, que para ganhar a concorrência, haviam emitido cinco cheques no valor, cada, de Cr\$ 20.000,00, em favor de cinco vereadores, e que dois desses cheques, à época, já haviam sido descontados.

A propina, só para os Vereadores, alcançou a respeitável soma de Cr\$ 100.000,00.

A afirmativa não é em vão. Temos provas.

O Vereador Horácio Pontes, membro da Comissão Julgadora das propostas para fornecimento das luminárias, recebeu o cheque n.º 067.800 I-145, contra o BRADESCO, no valor de Cr\$ 20.000,00, datado de 06 de fevereiro de 1.979, e emitido por José Jannani. Esse cheque, ao portador, foi repassado por Horácio Pontes ao Sr. Décio da Silva Lisboa, em pagamento de dívida. O Sr. Décio da Silva Lisboa, depositou-o em sua conta de n.º 027.326 do Banco Nacional de Icaraima. E foi devolvido por falta de fundos. Mas, posteriormente, veio a ser coberto.

Todos esses fatos constam do depoimento do Sr. Décio da Silva Lisboa, no inquérito instaurado na Delegacia de Polícia de Icaraima.

Supõe-se que igualmente estão envolvidos o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Itamar Francisconi da Silva, e mais os Vereadores Milton Pereira Dias, Paulo José dos Santos e João da Silva Mattos. Todos corruptos, todos "na gaveta" da firma Jannani - Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda.

O vereador João da Silva Mattos deixou sua impressão digital no crime de favorecimento e de corrupção, pois firmou recibo, nos seguintes termos, e assinatura foi reconhecida no Tabelionato Matchil, no Distrito de Vila Rica do Ivaí:

RECIBO

Cr\$ 20.000,00

O infra-assinado Sr. João da Silva Mattos, brasileiro, casado, comerciante e Vereador, residente e domiciliado em Vila Rica do Ivaí, Município de Icaraima-Pr, declaro, para todos os fins de direito, que RECEBI da firma JANNANI - Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda., cita à Rua Quintino Bocaiúva, 495 - Londrina-Pr., a importância supra e mencionada de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), representado pelo cheque n.º 067.797-145, do Banco Brasileiro de Descontos S/A, agência de Londrina, conta n.º 65.642-9, emitido por José Mohammed Jannani, datado de 10 de janeiro de 1979, e solicitando cobrança por intermédio de outro banco, foi devolvido com o carimbo constando letra "C", isto é, foi sustado o pagamento e posteriormente emitido outro cheque do mesmo valor supra citado, da conta n.º 185.919, do Banco Mercantil do Brasil S/A, Agência de Londrina, cuja emissão da firma F. Jannani Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda, assinado pelo Diretor, Faissal Jannani, cheque este que foi descontado na referida agência e pago em moeda corrente nacional; O REFERIDO PAGAMENTO É PROVENIENTE DE GRATIFICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E SUPER-POSTES, FINCADA PELA FIRMA SUPRA, NA CIDADE DE ICARAIMA, COMPREENDENDO-SE AS AVENIDAS RAUL BARBOSA DIAS, HERMES VISSOTO, RESPECTIVAMENTE.

Icaraima, 16 de fevereiro de 1.979.

(a) JOÃO DA SILVA MATTOS"

Será preciso dizer mais alguma coisa sobre o suborno de cinco Vereadores de Icaraima pela firma Jannani?

Se a firma fornecedora das luminárias, pode gastar

Cr\$ 100.000,00 com cinco Vereadores, quanto gastou então, com o Prefeito José Vicente da Silva, que, como temos visto, "não dorme de touca" e com os seus auxiliares e cúmplices.

Não haverá dificuldades para a apuração de tão interessante pormenor, desde que a firma F. Jannani - Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda., seja convenientemente processada pelo crime de corrupção ativa, consoante estabelece o Código Penal Brasileiro, combinado com a Emenda Constitucional n.º 01, de 1969.

Qualquer eleitor, no pleno exercício dos seus direitos de cidadão, poderá tomar a iniciativa de uma ação popular contra todos os envolvidos no caso, e ir até a cassação de mandatos dos corruptos.

Aliás, assim o fez o Capitão R-1 do Exército, Zeno Moreira Castilho, portador do título eleitoral n.º 7.393-C, da 89.ª Zona Eleitoral, residente à Avenida Raul Barbosa Dias, 45, Icaraima, contra o Vereador João da Silva Mattos.

Em uma representação ao Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Umuarama, Zeno Moreira Castilho enquadrou o Vereador João da Silva Mattos no art. 317 do Código Penal, para que este seja processado criminalmente e, no final, provada a acusação de corrupção passiva, seja-lhe cassado o mandato de Vereador.

O crime ficou plenamente provado, pelo depoimento de testemunhas e pela apresentação de fotocópias autenticadas dos cheques e do recibo, havidos no decurso do processo de corrupção.

Mas, encaminhado pelo denunciante ao Presidente da Câmara Municipal de Icaraima, o respectivo processo de corrupção, e o pedido de cassação do mandato do dito Vereador, os cinco Vereadores suspeitos, inclusive João da Silva Mattos, em sua maioria sobre o total de 9 vereadores, votaram contra a cassação do mandato.

Nunca o incriminado poderia participar da votação, e por isto, continuou incólume.

Uma aberração e uma pouca-vergonha.

Numa tentativa de moralização da administração pública de Icaraima, quatro Vereadores, numa Câmara Municipal de nove, pretenderam instaurar, através de projeto de resolução, uma Comissão de Inquérito destinada a apurar o que se segue:

"Art. 1.º — Fica criada uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), composta de vereadores que serão designados pela Presidência desta Câmara, a fim de apurar as seguintes irregularidades na Administração José Vicente da Silva:

- a) — Licitação, contratação, compra de materiais, execução de serviços de iluminárias nas Avenidas Raul Barbosa Dias, Hermes Vissoto e Licércio Soares dos Santos;
- b) — Verba de Cr\$ 150.000,00 originária do Ministério da Educação e Cultura, destinada à construção de uma quadra de esportes neste município;
- c) — Serviços de maquinários, peças e mão-de-obra;
- d) — De folhas de pagamento aos funcionários e a verificação de seu efetivo trabalho, prestados pelos mesmos;
- e) — Empenhos pagos e credores do município e respectivos valores unitários;
- f) — Consumo de combustível nos postos fornecedores do município;
- g) — Desvio de materiais do próprio município, da Fábrica de Tubos.

Art. 2.º — A Comissão terá o prazo improrrogável de noventa dias, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Icaraima, aos 10 dias do mês de maio de 1.979".

O projeto de resolução não foi aprovado. Prevaleceu, mais uma vez, a força do rolo compressor da maioria de mais

um; cinco Vereadores seriamente comprometidos com o desmazelo, o arbítrio e com a desonestidade do Prefeito José Vicente da Silva.

Este Prefeito, em um raro momento de lucidez, reconheceu que seu mandato é de quadro anos, e que após esse mandato, a sua administração será vasculhada e apontadas as irregularidades.

Quem deve, teme.

Pretende, por esse motivo, continuar com as costas quentes, depois de findo o mandato. Nada melhor, pois, do que preparar o sucessor, que apague os vestígios dos muitos delitos por ele cometidos.

A escolha do sucessor caiu no assessor do Prefeito José Vicente da Silva, de nome Levy Alves Fernandes. E a campanha eleitoral já começou, às expensas dos cofres públicos, pouco importando que, com os gastos que vem fazendo, sofra atraso o pagamento do pessoal da Prefeitura.

Um dos abusos é praticado com o material escolar remetido pela Secretaria da Educação ou pela FUNDEPAR. Consiste na aposição de um carimbo em cada livro ou caderno, com o nome Levi Alves Fernandes, Secretário. Com esse carimbo, dá a impressão que ele é quem compra o material do próprio bolso, e o distribui generosamente de graça.

Isto é crime de peculato, cominado pelo Código Penal Brasileiro.

O novo Dicionário Aurélio, assim define o peculato: "Delito praticado por funcionário público que, tendo, em razão do cargo a posse de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel, público ou particular, deles se apropria ou desvia em proveito próprio ou alheio, ou que, embora não tenha posse de bens, os subtrai ou concorre para que sejam subtraídos, usando das faculdades que seu cargo proporciona".

É preciso que o Prefeito José Vicente da Silva e o seu secretário, Levi Alves Fernandes, sejam enquadrados no Código Penal, e punidos pelo delito de peculato, combinado com o subordo político-eleitoral.

Temos outra coisa ainda pior, a revelar.

O erário do Município de Icaraima está sofrendo impiedosa sangria, com fins eleitoreiros.

O Prefeito José Vicente da Silva, não hesitou em lançar mão da importância de Cr\$ 150.000,00, para mandar confeccionar retratos do Secretário Levi Alves Fernandes. Esses retratos foram colocados em todas as escolas municipais, a fim de que professores, alunos e pais de alunos vão se acostumando, desde já, com a cara do futuro candidato.

Existe, no País, uma lei eleitoral em plena vigência. Cabe à Justiça Eleitoral fixar períodos de campanha, e há punição para as infrações que, a respeito, venham a ser cometidas.

O Decreto-Lei Federal n.º 200, prevê os crimes de responsabilidade por parte dos detentores de mandatos executivos. O do desvio criminoso de verbas, como no caso da confecção das fotografias de Levy Alves Fernandes, é claro e insofismável podendo resultar na decretação de "impeachment" do Prefeito José Vicente da Silva, pela Câmara Municipal.

Tendo em vista o abuso inqualificável, praticado pelo Prefeito de Icaraima, em benefício de seu comparsa Levy Alves Fernandes, os Vereadores Sebastião Inácio, Vardolino Teixeira Bastos, Wanderley Francisco Machado e Pedro Alcântara da Silva, apresentaram o Projeto de Resolução n.º 001/89, com o seguinte teor:

"A Câmara Municipal de Icaraima, Estado do Paraná

A P R O V A:

Art. 1.º — Só serão colocadas fotografias em Escolas Estaduais e Municipais, bem como nos Departamentos do Executivo e do Legislativo Municipais, de pessoas com cargos eletivos.

Art. 2.º — Só serão aceitas fotografias do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Icaraima, Estado do Paraná,
aos dezenove dias do mês de abril de 1.979”.

A bem da moralidade pública, e em defesa dos dinheiros públicos de Icaraima, esperamos que essa resolução seja finalmente aprovada, e retirados, portanto, os retratos do desfrutável Levy Alves Fernandes das escolas e das repartições municipais.

Além dessa salutar medida de combate à poluição visual, pela retirada dos indigestos retratos, convém que se promova ação popular contra a dilapidação de fundos públicos pelo Prefeito José-Vicente da Silva, em co-autoria de Levy Alves Fernandes.

O crime é notório. Os culpados devem ser punidos com todo o rigor da lei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até quando o laborioso povo de Icaraima vai ter que suportar o regime de corrupção e violência?

Até quando o Prefeito e os cinco Vereadores corruptos irão escarnecer da boa fé e do espírito pacato do bom povo de Icaraima?

Esperamos que tudo isto tenha um breve fim, para a tranqüilidade da grande população de Icaraima”.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por entendermos que a erva-mate está um tanto distante dos poderes constituídos do Estado e da Federação, é que trazemos hoje à tribuna, um rápido pronunciamento para, através do mesmo, ver se conseguimos motivar as esferas do Estado e da União, para um maior incentivo ao produto da erva-mate. (Lê):

“A erva-mate ocupa lugar de relevo na história de povoamento do solo paranaense. Exerceu durante largo período, papel importante em nossa economia, ao ponto do então Presidente Caetano Munhoz da Rocha, haver dito em Mensagem à Assembléia Legislativa, no ano de 1.922, que ela representa a “coluna de ouro” da balança comercial paranaense. E muitos lances a erva-mate viveu.

Conhecida cientificamente, ora como “*ilex brasiliensis*”, ora como “*ilex paraguayensis*”, a erva-mate era chamada de COINGÕIN, pelos índios caingangues denominação que se abasileirou para CONGONHA.

As primeiras notícias sobre essa planta, nos vêm das épocas das reduções jesuítas, disseminadas pelos territórios que abrangem hoje o Paraguai e dos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.

O cordão de povoações jesuíticas despertava o temor do surgimento de um Império Teocrático, a controlar extensas regiões, além o Rio Paraná até o Oceano Atlântico.

Descobriu-se a erva-mate, um produto de primeira ordem para o comércio com Buenos Aires, e mais tarde, com a República Oriental do Uruguai.

Datam dessa época os processos de colheita e beneficiamento, para consumo, como coube aos jesuítas a primazia no plantio artificial de ervas.

Os ervais nativos conhecidos, não bastavam para atender à demanda do mercado no plantio artificial de ervais. Os ervais nativos não bastavam para atender à demanda do mercado platino.

Sabia-se que os incas desciam dos Andes também à procura da folha milagrosa, e os quinchuas, da atual Bolívia, os imitavam. Os índios mascavam a folha verde, quando não a conseguiam já preparada. Havia percebido que essas folhas matavam a sede, assim como alimentavam quem as mastigasse e as deglutiisse.

Expulsos os jesuítas, os paraguaios os sucederam na extração, no beneficiamento e no comércio da erva-mate. A guerra da Tríplice Aliança, de 1.865 a 1.870, contribuiu para a dizimação dos ervais, durante os combates, e pela política de terra arrasada que Solano Lopez havia adotado. Finda a guerra, e sem a erva-mate, o mais importante alicerce de sua economia, o Paraguai entrou numa fase de estagnação.

Não demorou, porém, que o povo guarani descobrisse que, no lado de cá do Rio Paraná, nos sertões do Paraná e de Santa Catarina, existiam imensos ervais inexplorados. O sertão bruto isolava essa região do resto do Brasil, e nenhuma autoridade nela se encontrava para impedir a invasão branca dos cortadores de erva-mate e dos que passaram a exportá-la para a Argentina e o Uruguai.

A criação das Colônias Militares de Chopim e de Foz do Iguaçu, visou muitas décadas depois, o policiamento maior de nossas fronteiras, e o impedimento da exploração por estrangeiros, deste nosso abundante recurso natural.

O Paraná, começara a ensaiar o aproveitamento da erva-mate como fonte de riqueza, ao tempo do império. Não conhecia, porém, os segredos do seu beneficiamento, ao gosto dos consumidores platinos. Instalaram-se então, entre nós, tanto em Curitiba como em Porto de Cima, no litoral, as fábricas de soques, destinadas a transformar a erva cancheada em erva beneficiada.

Buenos Aires tornou-se o principal centro importador do produto. Mas, Montevideu e Santiago do Chile, seguiram as pegadas.

Com arte de astúcia, os capitais argentinos dominaram, dentro de pouco tempo, a indústria e exportação da congonha.

Verificou-se um fenômeno de longa duração. Os produtores continuavam sempre pobres, e os industriais e exportadores da erva passaram à condição de verdadeiros barões do dinheiro. Esse fenômeno ainda pode ser observado, pois, há entre nós, uma aristocracia do mate.

Esse produto sustentou a economia paranaense durante a quase inteira era imperial. Tanta força representou, que serviu, de poderoso argumento para emancipação político-administrativa da Comarca de Curitiba, e para sua transformação em Província do Paraná, no ano de 1.853. A erva-mate nos garantia, serenamente, a autonomia em relação à Província de São Paulo.

A posição da erva-mate avultou de tal sorte na balança comercial brasileira, que veio a ser, em certo tempo, o terceiro mais importante produto de exportação.

Embora o Paraná continuasse a manter o maior volume de produção, outras províncias, depois convertidas em Estados, sob o regime republicano, também passaram a contribuir com suas cotas de erva-mate, como Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As indústrias empenharam-se na modernização de suas fábricas, e o soque foi abandonado. O resultado foi o melhor possível.

Temos, hoje em dia, vários tipos de mate de exportação, com marcas internacionalmente consagradas, assim como estão surgindo outros tipos de produtos como tabletes, pastilhas, etc.

Essa diversificação se fez necessária quando o Brasil descobriu que a Argentina, de cliente, passara à condição de concorrente no mercado latino-americano.

Algumas províncias argentinas haviam se devotado, durante alguns anos, e em absoluto silêncio, ao plantio de extensos ervais, com mudas e sementes levadas do nosso País. Quando abrimos os olhos, Buenos Aires deixara de nos comprar e, pior ainda, passou a exportar o mate para o Uruguai e para o Chile, numa concorrência que abalou nossa economia.

Quando estávamos no apogeu, Santa Catarina primeiramente e o Paraná posteriormente, fundaram, cada qual, o seu Instituto Estadual do Mate, tal qual São Paulo possuía, na época o Instituto Estadual do Café.

O Instituto Nacional do Mate, em 1.938, extinguiu aqueles órgãos estaduais. Na posse, cada presidente do INM prometia a conquista de novos mercados, no mundo para erva. As promessas não se concretizaram, e os produtores eram os que mais padeciam com a crise.

O "crack" da bolsa de Nova Iorque, a 24 de outubro de 1.929, havia contribuído para recessão econômica mundial e, na década seguinte, todos sentiam ainda os seus nefastos efeitos. Considerando artigo supérfluo, o mate encontrava as portas fechadas na Europa.

Com a criação do Instituto Nacional do Mate desenvolveu-se uma guerra surda, com os produtores de um lado e outro, os industriais e os exportadores.

Essa guerra assumiu aspectos graves, até que em 1.945, os produtores lavraram um tento ao fundarem as suas Cooperativas tinham o campo de ação bastante restrito. A vitória real chegou ao serem elas autorizadas a também beneficiarem e exportarem a erva-mate.

O Instituto Nacional do Mate diminuiu de importância quando se tornou um mero Departamento do Instituto Brasileiro Florestal — IBDF.

A erva-mate começou, então, a decair, porque outros interesses, como o estímulo ao plantio de pinus e de eucaliptos, matérias-primas para fábricas de papel e celulose, desviaram a atenção e os recursos do IBDF.

O café moído chegou, por exemplo, a um preço que o torna proibitivo às camadas de baixa renda.

Atestam, por outro lado, os dietistas, que a erva-mate possui apreciável dosagem de elementos nutrientes que o colocam em posição superior ao café, ao chá da Índia e a outros produtos.

Esse fato já era do conhecimento dos nossos indígenas, como era dos incas e dos guinchuas. As folhas verdes das plantas sustentavam, por longos dias, o nosso bugre que saía à caça ou à guerra.

Sendo de custo mais baixo, e com poder nutritivo de primeira ordem, chegou a hora de intensificarmos a utilização da erva-mate em todas as casas e nas repartições públicas.

Quanto maior o consumo de mate, maiores as disponibilidades de café para a exportação, e, portanto, para a geração de maior volume de divisas para o Brasil.

Temos observado a política predatória do IBDF. Dá incentivos e financiamentos às empresas que se proponham ao cultivo de pinus e de eucaliptos. Neste sentido temos visto florestas nativas de heterogêneas serem abatidas, para em seu lugar, contra todas as leis da natureza, serem plantado espécies alienígenas, em florestas homogêneas, hostis à vida animal e dos outros vegetais.

Na Serra do Mar e ao longo da estrada do Rio Negro, por exemplo constatamos este fato intrestecedor. Quem percorre a Rodovia do Café ou da estrada estratégica para Foz do Iguaçu, ou circula por Jaguarai e Sengés, ou se desvia para o sul e para o oeste, nas zonas de Guarapuava, Cascavel, Irati e União da Vitória, só vê pinus, a praga que os norte-americanos introduziram no Brasil para a alimentação de suas indústrias de papel, de elevado índice poluidor.

Largos trechos de florestas nativas se constituíam de ervais imponentes e rendosos. Esses ervais vieram abaixo, aos golpes do machado, ou do fogo guloso.

Um crime contra o meio ambiente, pela destruição desses "ninhos ecológicos", onde conviviam pássaros e outros animais, e sobre o qual outras plantas vicejavam.

Nós, de região ervateira, sabemos que uma erva tem cinqüenta anos de vida útil, desde que convenientemente tratada. Se, numa safra, forem cortados dois terços de galhos e conservado um terço, para que a árvore possa continuar respirando e se alimentando, e se o novo corte ocorrer somente depois de dois anos, no mínimo, para que haja a recuperação,

a erva subsiste, e continua sendo uma fonte de riqueza.

Ora, se a erva tem tão longa vida útil com a prodigalização, em cada safra, de apreciável contingente safra, de apreciável contingente de erva, e se é fator de conservação da Natureza, cumpre-nos preservá-la e cultivá-la.

Logo, o IBDF precisa elaborar, e executar irremessivelmente, um plano de plantio, em larga escala, de ervais no Paraná e em outros da Federação apropriados.

Ao invés de subvencionar espécies alienígenas condenáveis, o IBDF tem a obrigação de conceder prioridade absoluta às árvores nativas, que, além do mais, são outras tantas fontes de riqueza.

Requeremos, pois, que seja enviado o seguinte telegrama ao Presidente da República, ao Ministro Secretário do Planejamento, ao Ministro da Agricultura, ao Presidente do IBDF, ao Governador do Paraná e ao Secretário da Agricultura.

Valiosa contribuição para economia de guerra vg Chefe Nação vg propomos IBDF incentive com recursos plantio larga escala erva-mate em vez financiar nocivo pinus vg fator desequilíbrio meio ambiente por hostil vida animal et vegetal pt Erveira tem vida útil cinqüenta anos et produção erva facilitará difusão uso chá et chimarrão substitutos ideais café vg de preço inacessível a bolsa dos pobres pt Cordiais saudações."

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência, dois minutos que me restam, que fosse concedido ao Deputado Valduga. O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No sábado passado, no dia 23, reuniu-se em Londrina, praticamente todas as pessoas que enfeixam liderança no assunto "café", de todo o Brasil. Foi promovido um encontro de cafeicultores, sob o patrocínio da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Rural do Paraná e da Associação Paranaense de Cafeicultores.

Foi, na minha observação, o mais importante conclave que já se fez nos últimos tempos, a respeito de café. Primeiro porque despretencioso, segundo porque objetivo, terceiro, porque coeso. As lideranças todas entenderam de uma vez por todas e definitivamente passar à ofensiva e tentar destruir, eliminar, este que é o maior cancro da cafeicultura, que é o confisco cambial. Por unanimidade, os cafeicultores ali reunidos, resolveram extrair um documento, no qual se pede a eliminação gradual do confisco e a substituição da elevação dos preços de sustentação até a sua total eliminação.

Não vou aqui me distender porque o tempo é pouco, e pretendo fazê-lo noutra oportunidade, sobre a nocividade do confisco cambial, se em algum dia ele para alguma coisa prestou, hoje ele é apenas um instrumento de delapidação da cafeicultura, e um instrumento de destruição do nosso mercado internacional, e é também um elemento que está fazendo com que se avolume isso que já se tornou público, que é o contrabando de café, via Paraguai.

Fiquei muito satisfeito por ver que os líderes da agricultura, presentes ali os líderes políticos, todos pensando da mesma forma, sem nenhum espírito de estrelismo ou de tentativa de encampação do problema, que é um problema nacional grave, houve unanimidade no sentido de que o confisco deve se extinguir.

Também foi solicitada antecipação de preços do café, de abril de 1.980 para agora, outubro de 1.979; e a única forma que tem, de se evitar que o cafeicultor pequeno, esse que não pode estocar, não seja obrigado a entregar o produto aos grandes proprietários, aos grandes maquinistas, e perder um pouco daquilo que lhe é de direito.

Também a prorrogação dos custeios, a se vencer em outubro de 1.979, para janeiro de 1.980, quando, pelos financiamentos, poder-se-á pagar com mais folga.

Ainda esse encontro solicita ao Banco do Brasil a que cumpra a Resolução 340, que dá o preço do juro, dos financiamentos agrícolas às cooperativas, em quinze por cento, sendo que, diferentemente do que faz com o agricultor, individualmente, as cooperativas estão pagando vinte e dois por cento nos movimentos de repasse.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Valduga, quero complementar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, não vou me alongar muito, por que sei que o seu tempo é bastante escasso, mas quero dizer da satisfação desse encontro dos cafeicultores, em Londrina, preocupado com o confisco cambial e melhor preço, porque é a única maneira de nós podermos manter a população na zona rural do Norte do Paraná, dando melhor preço para que haja um maior incentivo, para renovação da nossa cafeicultura, e seria interessante que tão logo fosse marcada a vinda do Diretor do Crédito Rural, Dr. Alcécio Vaz Primo que vem a esta Assembléia para palestra que já está sendo convidado, que seja também dado ciência aos cafeicultores de Londrina, àquela comissão que conheço e que é atuante, que aqui também esteja presente, participando desse encontro.

Muito obrigado.

O SR. VALDUGA — Muito obrigado. O nobre aparte vem enganar uma posição que não é minha, e, sim, dos cafeicultores, e peço que esta Assembléia, independente das posições políticas, que, por inteiro, encampe esta batalha que agora começa, e dizer mais o seguinte: que o assunto confisco deve ser tratado, tratado a sério, deve ser analisado na sua profundidade, deve ser debatido até que se o consiga, porque ele é inconstitucional, segundo entendimento dos maiores tratadistas brasileiros, mas se tornou uma praxe, e hoje se torna praticamente um tabu. Mas, não há tabu que resista a um povo organizado, não há tabu que resista a uma argumentação sólida, sóbria e unânime de quem pretende lutar.

O Paraná iniciou no sábado uma guerra contra o confisco cambial, e espera de todos os Parlamentares o apoio integral a este movimento que, se Deus quiser, dentro em breve, vamos eliminar esse cancro da cafeicultura e da agricultura paranaense e brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Jorge Vieira, de Umuarama.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/79 - de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública, o "Lar Antônio Carvalho de Oliveira", com sede e foro na Cidade de São Jorge do Ivaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 102/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o "Lar Antônio Carvalho de Oliveira", com sede e foro na Cidade de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1.979.

(a) BASÍLIO ZANUSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de São Jorge do Ivaí, merecendo a consagração dos Poderes Públicos Municipais, através da Lei Municipal n.º 16/74, de 14/12/79.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos legais previstos pela legislação em vigor para que a entidade receba o reconhecimento público estadual.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 102/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanuso, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "LAR ANTÔNIO CARVALHO DE OLIVEIRA", com sede e foro na Cidade de São Jorge do Ivaí.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHÔ, Presidente;
EZEQUIAS LOSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/79 - de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais — S.O.S.", com sede na Cidade de Campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 106/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S.", de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS de Campo Mourão - S.O.S., com sede na cidade do mesmo nome, é uma Associação Civil, de caráter assistencial e filantrópica, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada. Tem como fins:

- Promover o bem estar individual ou da família, considerada como um todo, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, educacional, recreativa e física.
- Combater a mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas.
- Apoiar as demais instituições sociais, estimulando-as a adotarem programas planejados, para maior e melhor prestação de serviços à comunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 106/79

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, visa declarar de utilidade pública a S.O.S., Serviços de Obras Sociais, com sede na Cidade de Campo Mourão.

Analisando a proposição, verificamos que a mesma preenche as exigências legais, estando conseqüentemente, em condições de ser aprovado pela Casa.

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

EZEQUIAS LOSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/79 - de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Abrigo Santo Antônio de Pádua", com sede no Município de Sertaneja. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 107/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o ABRIGO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, com sede no Município de Sertaneja e foro na Comarca de Cornélio Procopio—Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.979.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

O ABRIGO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, sediado em Sertaneja - Pr., à Rua Marechal Deodoro, s/número, e foro na Comarca de Cornélio Procopio - Pr., constitui uma sociedade civil beneficente, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal abrigar e manter velhinhos desamparados, sem recursos próprios para sua manutenção, dando-lhes assistência material e espiritual, tanto do município como da região.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. O Abrigo Santo Antônio de Pádua, por sua própria condição, justifica a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 107/79

PARECER

- 1 - O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Valduga, objetiva declarar de utilidade pública o "ABRIGO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA", com sede no Município de Sertaneja.
2. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.
3. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Waldemar Biaca, ocorrido na Cidade de Xambrê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Américo Filber, ocorrido na Cidade de Capanema.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio

Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Waldemar Biaca, ocorrido na Cidade de Xambrê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Arnhold.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela comemoração das Bodas de Ouro do casal Rachel Costa e João Alves da Rocha Loures.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dirce Garcia de Souza.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final, de diversos projetos de resolução.— **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

19 Srs. Deputados o aprovam;

2 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela realização da campanha "Por uma Curitiba mais Humana e mais Verde", realizada pelo Jornal "Gazeta do Povo".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, visando a instalação de um polo regional do IAPAR, no Município de Cascavel.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Guaçu de Toledo Ltda., pela passagem do 24.º aniversário de fundação.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos Srs. Desembargadores que votaram contra a criação do Tribunal Militar no Paraná.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de dar apoio à resolução do Encontro de Cafeicultores, realizado em Londrina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a adoção de medidas contra a erradicação de cafeeiros no Norte do Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo providências à SUREHMA, com relação à atuação no Município

de Londrina.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, em forma de apelo, no sentido de acolher a justa reivindicação dos Carregadores e Ensacadores de Café e Arrumadores de Arapongas, a fim de serem liberadas as parcelas do FGTS.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao DENTEL, encarecendo medidas objetivando melhoria do padrão de Radiodifusão no Estado do Paraná.— Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 83/79, 84/79, 85/79, 86/79 e 87/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 102/79, 106/79 e 107/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 113/79 e 118/79.

Levanta-se a sessão.